

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

A
Conselheiros e administradores do
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Entidade), compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter a segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Outros assuntos**Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2d, em decorrência de ajustes de exercícios anteriores envolvendo a contabilização de determinadas receitas, os valores correspondentes referentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Entidade referentes ao exercício de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2013 tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, antes dos ajustes mencionados na nota explicativa no. 2.d, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram em 16 de junho de 2014, relatório de auditoria com ressalva relativa às despesas com depreciação dos bens do ativo imobilizado reconhecidas através das taxas anuais fixadas pela legislação fiscal, ao invés de se tomarem como base de tempo de vida útil estimada daqueles bens e por não ter sido efetuada a verificação de possíveis desvalorizações significativas que poderiam existir. Esta ressalva não se aplica ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, tendo em vista que a Entidade endereçou referido assunto, não resultando em impactos sobre as referidas demonstrações contábeis.

São Paulo, 29 de maio de 2015.



Ricardo Akira Matsunaga
Contador CRC 1SP-296.382/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

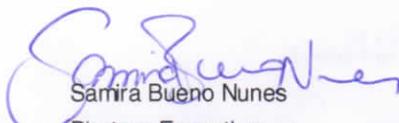
Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (reapresentado)

(Em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(reapresentado)</u>
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de Caixa	5	885.413	755.828
Contas a receber	-	-	19.662
Impostos a Recuperar	-	17.741	11.941
Despesas do exercício seguinte	-	808	-
		<u>903.962</u>	<u>787.431</u>
Ativo Não Circulante			
Depósitos Judiciais	11	40.608	32.709
Outros Créditos	-	21.000	18.767
Imobilizado	6	34.843	49.275
Intangível	7	1.848	3.542
		<u>98.299</u>	<u>104.293</u>
Total do Ativo		<u><u>1.002.261</u></u>	<u><u>891.724</u></u>

As notas explicativas são integrante das demonstrações contábeis.


 Samira Bueno Nunes
 Diretora Executiva
 CPF: 347.397.468-40


 Andreia Marceli
 Contadora
 CPF: 135.692.438-77
 CT/CRC: 1SP213188/0-1

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (reapresentado)

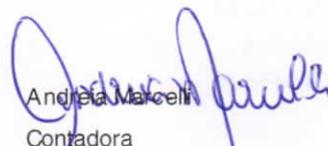
(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2014	2013 (reapresentado)
Passivo Circulante			
Fornecedores	-	21.857	18.896
Obrigações trabalhistas	8	42.448	41.917
Obrigações tributárias	-	16.419	2.600
Projeto Ministério da Justiça	9	-	160
Projetos a Realizar	10	443.008	231.800
		<u>523.732</u>	<u>295.373</u>
Passivo Não Circulante			
Provisão para demandas judiciais	11	240.602	32.709
		<u>240.602</u>	<u>32.709</u>
Patrimônio Líquido			
Superávit Acumulado	-	563.642	551.908
Superávit (Déficit) do Exercício	-	(325.715)	11.734
		<u>237.927</u>	<u>563.642</u>
Total do Passivo		<u>1.002.261</u>	<u>891.724</u>

As notas explicativas são integrante das demonstrações contábeis.


 Samira Bueno Nunes
 Diretora Executiva
 CPF: 347.397.468-40


 Andriela Marcell
 Contadora
 CPF: 135.692.438-77
 CT/CRC: 1SP213188/0-1

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Demonstrações do Superávit/Déficit do Exercício para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (reapresentado)

(Em reais)

	Notas	2014	2013 (reapresentado)
Receita Operacional			
Prestações de Serviços	-	393.806	406.332
Anuidade	-	44.417	26.313
Outras Receitas	-	169.770	332.347
Doações	15	1.359.671	832.818
Projeto Ministério da Justiça	9	-	1.052.171
		1.967.664	2.649.981
(-) Deduções da receita			
		(39.554)	(43.270)
(=) Receita líquida			
		1.928.110	2.606.711
(-) Despesas operacionais			
Despesas com Pessoal	16	(756.262)	(1.271.059)
Despesas Gerais e Administrativas	17	(1.321.602)	(299.682)
Despesas Tributárias	-	(3.434)	(3.907)
Despesas do Projeto Ministério da Justiça	17	-	(1.052.171)
Provisão para Demandas Judiciais	11	(199.994)	-
Outras Despesas / Receitas Operacionais	-	5.262	4.264
		(2.276.030)	(2.622.555)
(=) Resultado operacional			
		(347.920)	(15.844)
Despesas Financeiras	18	(12.812)	(8.837)
Receitas Financeiras	18	35.017	36.415
(=) Superávit/Déficit do Exercício			
		(325.715)	11.734

As notas explicativas são integrante das demonstrações contábeis.



Samira Bueno Nunes
Diretora Executiva
CPF: 347.397.468-40



Andreia Marcelli
Contadora
CPF: 135.692.438-77
CT/CRC: 1SP213188/0-1

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reapresentado)

(Em reais)

	Superávit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2012	281.346	270.562	551.908
Transferência do déficit do exercício anterior	270.562	(270.562)	-
Superávit/Déficit do exercício	-	11.734	11.734
Saldo em 31/12/2013 (reapresentado)	551.908	11.734	563.642
Transferência do déficit do exercício anterior	11.734	(11.734)	-
Superávit/Déficit do exercício	-	(325.715)	(325.715)
Saldo em 31/12/2014	563.642	(325.715)	237.927

As notas explicativas são integrante das demonstrações contábeis.


Samira Bueno Nunes
Diretora Executiva

CPF: 347.397.468-40


Andriela Marcelli
Contadora

CPF: 135.692.438-77

CT/CRC: 1SP213188/0-1

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reapresentado)

(Em reais)

Descrição	2014	2013 (reapresentado)
Das Atividades Operacionais		
Déficit/Superávit do Exercício	(325.715)	11.734
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
(+) Depreciações	14.221	15.497
(+) Provisões pra Demandas Judiciais	199.994	-
Decréscimos (Acrescimos) em Ativos		
Clientes	19.662	231.254
Outros Recebíveis	(8.841)	(10.076)
Decréscimos (Acrescimos) em Passivos		
Obrigações Trabalhistas	532	(30.806)
Obrigações Tributárias	13.819	(12.547)
Fornecedores	2.961	18.896
Projeto Ministério da Justiça	(160)	(1.052.171)
Projetos a Realizar	211.208	231.800
	<u>127.681</u>	<u>(596.419)</u>
Das Atividades Investimentos		
Aquisição / baixa do Ativo Imobilizado	1.904	(4.171)
	<u>1.904</u>	<u>(4.171)</u>
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente a Caixa	<u>129.585</u>	<u>(600.590)</u>
Caixa e Equivalente a Caixa		
No início do exercício	755.828	1.356.418
No final do exercício	885.413	755.828
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente a Caixa	<u>129.585</u>	<u>(600.590)</u>

Samira Bueno Nunes
Diretora Executiva
CPF: 347.397.468-40

Andrea Marcell
Contadora
CPF: 135.692.438-77
CT/CRC: 1SP213188/0-1

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

O “Fórum Brasileiro de Segurança Pública” (“Entidade” ou “Fórum”) é uma associação de direito privado, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de ideias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da sociedade.

O Patrimônio do Fórum foi constituído pela dotação inicial dos associados plenos e dos bens móveis e imóveis e direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações de pessoas físicas, de pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas jurídicas de direito público, ligados, aplicações de receitas e outras fontes, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento de suas atividades institucionais.

Em caso de dissolução do Fórum, todo seu patrimônio deverá ser destinado a outra entidade de fins não lucrativos com finalidade idêntica ou semelhante.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança no Brasil;
- realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança no Brasil;
- produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- articulação de parcerias com Entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 07, aprovada pela Resolução 1.305/2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 29 de maio de 2015.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

d) Ajuste de exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão sendo reapresentados, pois durante o processo de elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 identificou-se a necessidade de realizar determinados ajustes.

A seguir o descritivo do ajuste realizado:

Refere-se a recursos recebidos durante o exercício de 2013 destinados à execução de projeto voltado à área da segurança pública, sujeito a futuras prestações de contas, o qual teve sua realização iniciada apenas no decorrer do exercício de 2014, não incorrendo em qualquer gasto com o referido projeto em 2013. Por não ter executado nenhuma etapa do referido projeto durante o exercício de 2013, a Entidade efetuou o ajuste de exercícios anteriores reconhecendo do valor recebido em 2013 em conta específica de passivo circulante de "Projetos a Realizar" em contrapartida do resultado (receita de doações).

Os efeitos da reapresentação das demonstrações contábeis estão demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2013		
	Saldo originalmente apresentado	Ajuste	Saldo reapresentado
Ativo			
Circulante	787.431	-	787.431
Não circulante	104.293	-	104.293
Total do ativo	891.724	-	891.724
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	63.574	231.800	295.374
Não circulante	32.709	-	32.709
Patrimônio líquido	795.441	(231.800)	563.641
Total do passivo e patrimônio líquido	891.724	-	891.724

	31 de dezembro de 2013		
	Saldo originalmente apresentado	Ajuste	Saldo reapresentado
Receita Operacional			
Doações	1.064.618	(231.800)	832.818
Prestação de Serviços	406.332	-	406.332
Anuidades	26.313	-	26.313
Outras Receitas	332.347	-	332.347
Projeto Ministério da Justiça	1.052.171	-	1.052.171
(-) Impostos Incidentes	(43.270)	-	(43.270)
Receita Líquida	2.838.511	(231.800)	2.606.711
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal	(1.271.059)	-	(1.271.059)
Despesas Administrativas	(299.682)	-	(299.682)
Despesas Tributárias	(3.907)	-	(3.907)
Despesas do Projeto Ministério da Justiça	(1.052.171)	-	(1.052.171)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	4.264	-	4.264
Superávit/Déficit antes do Resultado Financeiro	215.956	(231.800)	(15.844)
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras	36.415	-	36.415
Despesas Financeiras	(8.837)	-	(8.837)
Superávit do Exercício	243.534	(231.800)	11.734

3. Formalidade da escrituração contábil resolução CFC nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas do "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica - contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de Caixa

Conforme determina a Resolução do CFC N° 1.296/10 (NBC TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC N° 1.376/11 (NBC TB 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações de liquidez imediata

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Conta a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime da competência.

d) Estimativa para crédito de liquidação duvidosa

A Administração da entidade considera que o saldo da conta cliente será totalmente recebido, sendo assim, optou por não registrar essa estimativa.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela entidade.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica - contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de Caixa

Conforme determina a Resolução do CFC N° 1.296/10 (NBC TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC N° 1.376/11 (NBC TB 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações de liquidez imediata

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Conta a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime da competência.

d) Estimativa para crédito de liquidação duvidosa

A Administração da entidade considera que o saldo da conta cliente será totalmente recebido, sendo assim, optou por não registrar essa estimativa.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela entidade.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f) Intangível

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado e conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

h) Provisões para Contingências

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i) Prazos

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

j) Provisão de férias e encargos

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

k) Apuração do resultado

O resultado foi apurado segundo o regime de competência.

As receitas com doações de recursos vinculados a projetos de instituições privadas compreendem aos valores recebidos pela Entidade e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Tais recursos são reconhecidos a conta de projetos a realizar no passivo circulante, sendo o reconhecimento da receita registrado a débito do passivo de projetos a realizar e contrapartida no resultado do exercício em receita de doações, simultaneamente e pelo mesmo valor.

As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados.

Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

l) Redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração da Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	16.523	6.969
Bancos	7.398	86.503
Aplicações Financeiras	861.492	662.356
Total	885.413	755.828

Os saldos de caixa e banco conta movimento são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado, estão substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

l.

6. Imobilizado

a) Composição do Imobilizado

	Taxa anual de Depreciação -%	31/12/2014			31/12/2013		
		Custo - Adição	Depreciação acumulada	Líquido	Custo - Adição	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10	14.372	(6.262)	8.110	14.371	(4.824)	9.547
Máquinas e equipamentos	10	2.100	(1.702)	398	2.100	(1.492)	608
Moveis e utensílios	10	31.096	(19.021)	12.075	31.095	(15.911)	15.184
Equipamentos de informática	20	66.913	(53.960)	12.953	68.010	(45.712)	22.298
Equipamentos de telefonia	10	3.301	(1.994)	1.307	3.301	(1.663)	1.638
		117.782	(82.939)	34.843	118.877	(69.602)	49.275

O ativo imobilizado da Empresa está livre de garantias ou penhor.

b) Movimentação

	Custo	Depreciação	Total líquido
Saldo Inicial 31/12/13	118.877	(69.602)	49.275
Adições	-	(13.496)	(13.496)
Baixas	(1.095)	159	(936)
Saldo Final 31/12/14	117.782	(82.939)	34.843

7. Intangível

a) Composição do Intangível

	Taxa anual de Depreciação -%	31/12/2014			31/12/2013		
		Custo - Aquisição	Amortização acumulada	Líquido	Custo - Aquisição	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	20	12.039	(10.191)	1.848	12.039	(8.497)	3.542
		12.039	(10.191)	1.848	12.039	(8.497)	3.542

b) Movimentação

	Custo	Amortização	Total líquido
Saldo Inicial 31/12/13	12.039	(8.497)	3.542
Adições	-	(1.694)	(1.694)
Baixas	-	-	-
Saldo Final 31/12/14	12.039	(10.191)	1.848

8. Obrigações trabalhistas

	31/12/2014	31/12/2013
INSS a recolher	14.572	17.882
FGTS a recolher	4.007	4.226
IRRF s/ rend. Pessoa física	2.346	2.247
Férias a pagar	21.078	16.538
Outros impostos a taxas	445	1.024
Total	42.448	41.917

9. Projeto Ministério da Justiça

Durante o exercício de 2014, o Fórum Brasileiro realizou a prestação de contas do projeto "Gestão e disseminação de dados na Política Nacional de Segurança Pública", executado em parceria com o Ministério da Justiça durante os exercícios de 2011, 2012 e 2013, com o objetivo de realizar pesquisas e estudos para subsidiar a elaboração e o monitoramento das políticas públicas de segurança no Brasil. Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo anterior	160	1.052.331
Gastos com custeio das atividades	(160)	(1.052.171)
Total	-	160

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

10. Projetos a Realizar

Por força dos contratos firmados para a realização de projetos, a Entidade está obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são periodicamente avaliados por meio de prestações de contas submetidas às instituições privadas. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer na devolução dos recursos recebidos.

Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e seus respectivos saldos:

Projetos	31/12/2014	31/12/2013
LAFER	32.005	-
OSF 08716/2013	105.653	231.800
OSF 15237/2014	14.600	-
OSF 16401/2014	290.750	-
Total	443.008	231.800

Os projetos em andamento da entidade visam a melhoria no setor da segurança pública através de pesquisa e fornecimento de dados para análises dos órgãos competentes, os projetos acima possuem os seguintes objetivos:

- LAFER - Projeto para desenvolver memória e formação de agenda nas políticas de segurança pública do estado de São Paulo;
- OSF 08716/2013 - Pesquisa para avaliar o impacto do programa de Segurança Pública "Pacto pela Vida" no estado de Pernambuco;
- OSF 15237/2014 e OSF 16401/2014 - Pesquisa para documentar e analisar as políticas de segurança pública, com foco na redução e prevenção de homicídios na América Latina.

11. Provisão para demandas judiciais

O saldo da provisão para demandas judiciais é como segue:

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro (**)	32.709	32.709
Adição de provisão (*)	199.994	-
Atualização (**)	7.899	-
Saldo em 31 de dezembro	240.602	32.709

(*) Durante o exercício de 2014 a Entidade constituiu provisão para contingência no valor de R\$ 199.994, vinculado ao contrato nº 017/2012 junto a Secretária de Segurança pública da Bahia;

(**) Corresponde a processo judicial relativo à cobrança em duplicidade do ISS sobre a prestação de serviços realizados no Município de Canoas-RS, a entidade resolveu ingressar com uma ação judicial, solicitando ao juízo a definição do local de recolhimento do ISS (Município de São Paulo/SP ou de Canoas/RS).

Vinculado ao depósito judicial a entidade mantém provisão do mesmo valor em conta do passivo não circulante garantindo a obrigações em caso de resultado insatisfatório no processo em andamento.

	31/12/2014	31/12/2013
Deposito Judicial Ativo	40.608	32.709
Provisão	(40.608)	(32.709)
Total	-	-

12. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período (superávit) ocorrido.

O Fórum não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

13. Do déficit do Exercício

O déficit do exercício de 2014 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14, que revogou a Resolução CFC Nº 877 NBC T 10.19, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

14. Imunidade Tributária

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Para o pleno atendimento da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, no tocante à divulgação em notas explicativas, dos efeitos das isenções tributárias usufruídas pelas entidades sem fins lucrativos, essas contribuições foram incluídas na base de cálculo e estão demonstradas, como se devido fosse, no quadro a seguir:

Tributos	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	142.168	197.102
Contribuição Social s/ Lucro Líquido – CSSL	59.820	79.597
Contribuição Financeira da Seguridade Social – Cofins	47.216	67.309
Programa de Integração Social – Pis	10.893	12.247
Total	260.097	356.255

As premissas para cálculo dos tributos foram o cálculo do imposto de renda e da contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A COFINS e o PIS foram apurados pelo regime cumulativo, sendo o segundo demonstrado pela diferença entre o regime cumulativo e o já efetivamente recolhido sobre a folha de pagamento.

15. Doações

A Entidade auferiu receitas de doações de pessoas física e/ou jurídicas para a realização de projetos ou institucionais. No exercício de 2014 o montante de doações foi de R\$ 1.359.671 (R\$ 832.818 em 2013).

16. Despesas com Pessoal

	31/12/2014	31/12/2013
Salários	(435.392)	(772.879)
13º salário	(21.405)	(37.267)
Encargos sociais	(153.330)	(222.007)
Provisão de férias	(21.619)	(30.769)
Bolsa-auxílio	(7.299)	(10.584)
Vale-transportes	(5.397)	(5.827)
Rescisões	(34.762)	(52.008)
Vale Alimentação e Refeição	(29.414)	(51.107)
Assistência Médica e Odontológica	(38.669)	(59.912)
Outras despesas	(8.975)	(28.699)
	(756.262)	(1.271.059)

17. Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2014	31/12/2014 Despesas do Projeto Ministério da Justiça	31/12/2013	31/12/2013 Despesas do Projeto Ministério da Justiça
Materiais de consumo e outros	(13.013)	-	(12.290)	(1.055)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(906.695)	-	(139.927)	(741.138)
Locações	(88.532)	-	(77.793)	(781)
Serviços de água e esgoto	(1.057)	-	(2.226)	-
Energia elétrica	(3.720)	-	(3.203)	-
Viagens e estadias	(219.913)	-	-	(281.798)
Telefonia e Internet	(19.623)	-	(18.612)	-
Transportes	(11.936)	-	(8.274)	(10.594)
Refeições	(19.692)	-	-	(8.738)
Feiras e eventos	(7.057)	-	-	(564)
Depreciações e Amortizações	(14.221)	-	(15.497)	-
Outros	(16.143)	-	(21.860)	(7.503)
	(1.321.602)	-	(299.682)	(1.052.171)

18. Despesas e Receitas Financeiras

Receitas Financeiras	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos de Aplicações Financeiras	35.017	36.415
	35.017	36.415

Despesas Financeiras	31/12/2014	31/12/2013
Tarifas Bancárias	(7.096)	(4.831)
IOF e IOC	(4.261)	(3.402)
Outras Despesas Financeiras	(1.455)	(604)
	(12.812)	(8.837)

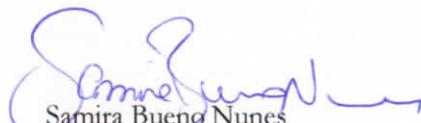
19. Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

* * *

São Paulo, 28 de maio de 2015.



Samira Bueno Nunes
C.P.F. 34739746840
R.G. 43880269-X
Diretora Executiva



Andreia Marcell
C.R.C. 1SP213188/O-1
C.P.F. 24357162815 R.G. 4.522.417
Contadora